



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

A questão agrária no Peru sob a perspectiva de José Carlos Mariátegui e os ecos andinos das revoluções russas (1900-1930)

Leandro Galastri

Como citar: GALASTRI, L. A questão agrária no Peru sob a perspectiva de José Carlos Mariátegui e os ecos andinos das revoluções russas (1900-1930). *In:* DEO, A.; SARTORETTO, L. (org.). **Determinações do Mundo do Trabalho:** centralidade do trabalho, lutas sociais e crítica da economia política. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 351-370.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-11-8.p351-370>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

A QUESTÃO AGRÁRIA NO PERU SOB A PERSPECTIVA DE JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI E OS ECOS ANDINOS DAS REVOLUÇÕES RUSSAS (1900-1930)

Leandro Galastri

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é fazer uma introdução comparativa entre as abordagens de José Carlos Mariátegui e Vladimir Lênin sobre a questão agrária em seus respectivos países nas primeiras décadas do século XX. Será útil, para isso, um prévio acompanhamento das formulações teóricas e políticas de ambos os autores nos muitos pontos em que apresentam, de fato, clara proximidade epistemológica (são ambos adeptos e desenvolvedores do materialismo histórico) para, em seguida, apresentar suas peculiaridades no que toca à questão do campesinato.

O marxismo “heterodoxo” de Mariátegui tem sido objeto relativamente frequente nas pesquisas brasileiras. Dimensões importantes de sua originalidade se devem também a aproximações do pensador peruano com as reflexões e desenvolvimentos do materialismo crítico “ortodoxo”

levados a efeito por Lênin. Tais aproximações se mostraram cada vez mais incisivas nos últimos anos de vida de Mariátegui e culminaram em rigorosas aplicações, para o contexto peruano, do método lenineano de adaptar o materialismo crítico para as condições concretas de formações sociais específicas.

Não deixa de ser inspirado em Lênin que Mariátegui declarará que o socialismo no Peru não deveria ser “decalque ou cópia” (MARIÁTEGUI, 1974, p. 249)¹. É também adaptando a teoria marxiana para sua realidade concreta que ele chamará atenção para o problema específico da exploração da população indígena, acrescentando à problemática da luta de classes essa variável tão latino-americana que é a questão racial. Para Del Prado (1970, p. 25), um dos traços característicos do trabalho de massas de Mariátegui ao organizar o Partido Socialista no Peru teria sido a importância decisiva que ele dera à conquista das massas camponesas e indígenas como aliados fundamentais dos minoritários trabalhadores urbanos do Peru, já que era sobre a grande massa formada pelas etnias quéchua e aimará que pesava a exploração semifeudal por parte das grandes fazendas açucareiras e algodozeiras do litoral.

Para Mariátegui, Lênin se distinguiria por uma “singular capacidade de compreender a direção da história contemporânea e o significado de seus acontecimentos” (MARIÁTEGUI, 1972, p. 92). Acompanha com vivo interesse os desdobramentos da revolução bolchevique na Rússia e as vicissitudes da construção do Estado socialista. Identifica nessa construção a obra de “homens heroicos e excepcionais”, no âmbito de uma “tremenda tensão criadora”. Considera o movimento russo como expressão da articulação entre teoria e prática política (MARIÁTEGUI, 1977, p. 213).

Elaborar uma reflexão comparativa entre os pensamentos políticos de Mariátegui e Lênin, contudo, não implica exatamente distinguir o que Mariátegui pensava sobre o líder bolchevique e a própria Revolução Russa. Em vez disso, é mais razoável buscar, nas maneiras em que Mariátegui pensa sociedade peruana, um paralelo em relação a como Lênin o fazia para o contexto russo. Aqui é importante a atenção para os momentos em que Mariátegui se aproxima das formulações de Lênin, tanto quanto para

¹ “Não queremos, certamente, que o socialismo seja na América decalque e cópia. Deve ser criação heróica. Temos que dar vida, com nossa própria realidade, em nossa própria linguagem, ao socialismo indoamericano. Eis aqui uma missão digna de uma geração nova” (MARIÁTEGUI, 1974, p. 249).

aqueles em que se distancia, mapeando este movimento pendular específico em sua obra. Na discussão bibliográfica, examinaremos alguns pontos de aproximação e, em seguida, introduziremos a discussão da problemática que nos compete neste projeto, ou seja, o distanciamento em relação à questão agrária.

2 O DEBATE TEÓRICO

Este item do projeto tratará de elementos teóricos e políticos centrais para a demonstração tanto da afinidade reivindicada de Mariátegui com relação ao pensamento lenineano quanto de seus elementos de divergência *em estado prático*. Aquela afinidade, reivindicada e anunciada pelo próprio socialista peruano, torna mais relevante a indicação dos pontos divergentes e seus motivos estratégicos. Trataremos, assim, primeiro dos elementos convergentes, numa comparação direta (Subitem “Sobre o ‘revisionismo’ e o ‘imperialismo’”). Depois, a forma como Mariátegui aplica suas perspectivas convergentes às de Lênin em uma análise de caso específica do Peru (“A polêmica Haya-Mariátegui”). Por fim, introduziremos os primeiros elementos da comparação no caso da questão agrária, sobre a qual aventamos aqui a hipótese da existência de uma fundamental divergência em relação a Lênin, tanto do ponto de vista teórico quanto da perspectiva política.

2.1 SOBRE O REVISIONISMO E O IMPERIALISMO

Nas análises a respeito das tendências reformistas presentes no movimento operário mundial – e suas consequências para uma rigorosa avaliação da fase imperialista do capital internacional - se podem encontrar paralelos interessantes entre Mariátegui e Lênin. Mariátegui criticou mais ou menos asperamente alguns dos principais representantes do revisionismo europeu, como Bernstein, Croce, Henry De Man (MARIÁTEGUI, 1976, p. 55-63). No filósofo revisionista francês Georges Sorel, no entanto, ele encontrou aportes significativos para a mobilização socialista no Peru, já que também no âmbito “teórico” não hesitava em assumir, de forma marcadamente livre e “heterodoxa”, aproximações improváveis, desde que julgasse necessárias para a inspiração e motivação práticas do exercício cotidiano da luta política popular.

Mariátegui demonstra, assim, nutrir apreço especial pelas reflexões de Sorel, conhecido por suas posições sindicalistas-revolucionárias e pelos seus esforços revisionistas na virada dos séculos XIX e XX. Mas não há ingenuidade ou voluntarismo romântico nessa composição teórico-prática heterogênea de Mariátegui ao assimilar o pensamento de Sorel. Existe, isso sim, uma aguda intuição teórico-política que o levava a aproveitar toda e qualquer contribuição que pudesse servir à luta antidogmática e antideterminista de “seu” marxismo, a fortalecê-lo no objetivo de impulsionar a luta socialista nas condições objetivas do Peru de então. De acordo com Choy (1970, p. 13), no lugar de descartar o sindicalismo revolucionário de Sorel e tudo que pudesse aproximá-lo das motivações classistas do neonato proletariado peruano, Mariátegui soube aproveitar a capacidade de luta conferida pelos cânones de ação prática do sindicalismo revolucionário que, orientados então por uma concepção marxista hegemônica, poderiam servir para erodir o sistema político e econômico existente. Para Paris (1978, p. 128), Sorel aparece [nos textos de Mariátegui] como portador de certos temas e, “de maneira mais ampla”, como o introdutor e fiador de determinadas obras. De resto, talvez o pensamento heterogêneo e heterodoxo de Sorel tenha suscitado a admiração de Mariátegui justamente pela forma antidogmática em que se referia ao (e reivindicava) o marxismo. É evidente que o que encanta Mariátegui no pensamento soreliano não é o conteúdo de revisão epistemológica do marxismo, mas a forma apaixonada do convite à necessária ação imediata².

Sabe-se que o próprio Lênin já havia demonstrado certo interesse positivo nos escritos do que ele considerava ser um “revisionismo de esquerda”, que teria origem nos “países latinos” (LÊNIN, 1971, p. 69). Sendo o “revisionismo de direita”, bem entendido, as correntes de matiz bernsteiniana aludidas acima, Lênin distingue o revisionismo de esquerda identificando-o como um “sindicalismo revolucionário” que

adapta-se, ele também, ao marxismo, “corrigindo-o”. Labriola na Itália, Lagardelle na França, referindo-se o tempo todo a um Marx mal compreendido e um Marx bem compreendido. Não podemos nos demorar aqui na análise da substância ideológica desse revisionismo, que está ainda longe de se desenvolver como o revisionismo oportunista, não se internacionalizou e não

² Para uma discussão aprofundada sobre a relação de Mariátegui com o pensamento de Georges Sorel ver os artigos de Robert Paris “El marxismo de Mariátegui” (PARIS, 1978) e “Mariátegui: um ‘sorelismo’ ambíguo” (PARIS, 1978b), além do extenso estudo de Hugo Garcia Salvatecci “Sorel y Mariátegui” (SALVATTECCI, 1979).

sustentou praticamente nenhuma batalha importante com os partidos socialistas de nenhum país. Limitar-nos-emos, portanto, ao “revisonismo de direita”. (LÊNIN, 1971, p. 69).

Há uma concessão tácita feita aqui por Lênin ao “revisonismo de esquerda”, embora o líder bolchevique já tivesse se referido ao próprio Sorel como um “confusionista bem conhecido” no mesmo ano de 1908, em “Materialismo e empiriocriticismo” (LÊNIN, 1976a, p. 293). Tal concessão é o reconhecimento de que “esse” revisonismo não seria oportunista, ou pelo menos não o seria ainda, e estaria sujeito a enfrentar provações ideológicas nos países “latinos” onde se desenvolvia. Poderia exercer alguma função revolucionária, ou pelo menos conteria alguma proposição útil ao proletariado revolucionário o pensamento revisonista “de esquerda”? Como o próprio Lênin enfatiza, o combate ao revisonismo de direita era prioridade, e não havia tempo (e haveria cada vez menos a partir de então) para que ele pudesse se ocupar detidamente do assunto.

Voltemos à crítica das tendências reformistas analisadas por Mariátegui. Ele faz coro com Lênin também quanto à crítica impiedosa às tendências reformistas marcantes no âmbito da II Internacional. Considera que a Segunda Internacional teria reaparecido, após a Grande Guerra, com o “mesmo pacifismo platônico dos tempos pré-bélicos” (MARIÁTEGUI, 1972, p. 114). Identifica em líderes como Vandervelde, Kautsky e Bernstein a “antiga fé” nos métodos reformistas. Sustenta que tais homens não compreendem as modificações causadas pela guerra e não conseguem perceber a existência de uma nova realidade na luta de classes mundial. Mariátegui depositava suas esperanças na III Internacional, que concentrava a força da juventude revolucionária em contraste com aqueles “velhos socialistas” (MARIÁTEGUI, 1972). Sem menosprezar completamente os socialistas encabeçados pela socialdemocracia alemã, ele constata que a “II Internacional foi uma máquina de organização e que a III Internacional é uma máquina de combate” (MARIÁTEGUI, 1972, p. 115).

Mariátegui não analisa o desenvolvimento do capitalismo peruano como um fenômeno específico contido nos limites do território de seu país, mas associa tal desenvolvimento ao desenrolar de uma nova fase do capitalismo mundial, qual seja a fase imperialista. Dessa forma, assevera igualmente que o proletariado peruano também é parte do contexto mundial de crise do capitalismo. E não poderia ser diferente, já que, como

ênfatizado por ele, o desenvolvimento capitalista tornaria unificados os interesses, as ideias, os costumes e os regimes dos povos submetidos a esse sistema econômico. O Peru encontrar-se-ia, assim como todos os outros países americanos, inserido naquela crise (MARIÁTEGUI, 1973, p. 17).

Mais uma vez em paralelo com as reflexões de Lênin, Mariátegui aponta o que considera serem as duas principais correntes de esquerda a atuar sobre o cenário econômico de então: os “reformistas” e os “revolucionários”. Nas suas palavras:

Tanto num quanto noutro grupo há diferentes matizes, mas os grupos são claramente apenas dois: o dos que querem realizar o socialismo colaborando politicamente com a burguesia e o dos que querem realizar o socialismo conquistando integralmente para o proletariado o poder político. E a existência desses dois grupos provém da existência de duas concepções diferentes, de duas concepções opostas, de duas concepções antitéticas do atual momento histórico. (MARIÁTEGUI, 1973, p. 19).

Lênin, por sua vez, indica, com relação ao momento histórico em que escreve, o caráter já totalmente internacionalizado do revisionismo, e distingue também entre “ortodoxos e bernsteinianos na Alemanha, guesdistas e jaressistas na França, [...] bolcheviques e mencheviques na Rússia” (LÊNIN, 1971, p. 69) e observa que as relações de antagonismo entre cada “par” são, no fundo, de mesma natureza, a despeito das diferenças de condições nacionais. Também para o líder bolchevique a possibilidade de distinção clara entre reformistas e revolucionários em cada país se constituiria num grande passo adiante em relação ao que se teria passado décadas antes quando, nos diversos países europeus, tendências diferentes afrontavam-se no seio de um único movimento socialista internacional (LÊNIN, 1971, p. 69).

Também para Mariátegui, poucos anos depois, se trataria de um momento histórico revolucionário, de uma burguesia mundial incapaz de reconstruir a riqueza social destruída pela guerra (no caso, a Primeira Guerra Mundial, 1914-1918) e, por conseguinte, incapaz de solucionar problemas concernentes à manutenção da paz (MARIÁTEGUI, 1973, p. 20). Sustenta que a guerra teria originado uma crise cuja solução deveria ser proletária, socialista, já iniciada com a Revolução Russa.

Tanto na afirmação da existência das correntes reformista e revolucionária quanto na defesa de uma solução proletária para as contradições engendradas pelo imperialismo, Mariátegui, nitidamente, concorda com as análises de Lênin presentes em *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Ou antes, interpreta os escritos do marxista russo à luz da realidade latino-americana em geral e peruana em particular. Além disso, viria mais tarde a identificar na APRA³ o reformismo pequeno-burguês que Lênin desvela em Kautsky quando critica seu artigo *Ultra-imperialismo*, publicado pelo socialdemocrata alemão às vésperas da eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Para Lênin, Kautsky encontrava-se no meio daqueles cuja revisão do marxismo conduzia o movimento operário a políticas de conciliação e de reformas no âmbito do Estado burguês. De fato, as teses de Kautsky, ao menos em seu escrito sobre o ultra-imperialismo, conduziam a uma estratégia reformista disfarçada de tática revolucionária. O autor alemão destitui o imperialismo de sua condição de capitalismo levado às últimas consequências, como considera Lênin, para enxergá-lo como apenas uma de outras formas possíveis da relação entre os capitais internacionais. Uma forma que já estaria em vias de ser substituída por outra, constituída por uma aliança internacional de países imperialistas, a “cartelização” do capital internacional, ou a fase do “ultra-imperialismo” (KAUTSKY, 1970, p. 46).

Ao negar o imperialismo e as lutas interimperialistas como desdobramentos necessários da competição capitalista internacional, Kautsky descarta a ligação necessária entre luta anti-imperialista e luta anticapitalista, já que não se luta contra o fenômeno superior e necessário do desenvolvimento do capitalismo mundial, mas apenas contra uma de outras formas possíveis de sua manifestação internacional, entre as quais estaria o “ultra-imperialismo”⁴.

³ Aliança Popular Revolucionária Americana. Movimento político peruano liderado por Haya de La Torre a partir do exílio no México. Mariátegui rompe com o movimento em 1928, quando este decide se transformar em partido político de caráter reformista, disposto a agregar em suas fileiras as frações nacionalistas da burguesia peruana. Sobre a polêmica entre os dois intelectuais peruanos, ver subitem a seguir.

⁴ Moniz Bandeira (2006, p. 64-68) endossa a tese de Kautsky e identifica em Lênin, nesse caso, uma postura “voluntarista”, disposta promover a revolução a qualquer custo, chegando inclusive a uma conclusão severa em relação ao líder bolchevique: “A atitude de Lênin, acusando Kautsky de romper ‘irremediável e decididamente com o marxismo’ etc., não decorreu de uma reflexão teórica, com base científica, mas de uma paixão política. O objetivo das diatribes, com que ele contribuiu para dogmatizar o marxismo, não consistiu em convencer, mas em vencer, em estigmatizar os que pensavam diferentemente” (Idem, p. 67-68).

Embora Kautsky afirme que, contra o ultra-imperialismo, “nós devemos lutar tão energeticamente quanto fazemos contra o imperialismo” (1970, p. 46), resulta de sua argumentação que golpear o imperialismo seria uma opção contingente de um ponto de vista estratégico. Como observa Lênin, Kautsky separaria, no fenômeno imperialista, a política da economia, e esta seria a manobra crucial do “desvio burguês” de sua análise:

O essencial é que Kautsky separa, no imperialismo, a política da economia, pretendendo que as anexações são a política “preferida” do capital financeiro e opondo a esta política uma outra política burguesa, pretensamente possível, baseada sempre no capital financeiro. [...] Daí resulta que a partilha territorial do mundo, concluída precisamente na época do capital financeiro, e que constitui a base das atuais e originais formas de rivalidades entre os maiores Estados capitalistas, é comparável com uma política não imperialista. Isto leva a ocultar, a tornar menos perceptíveis as contradições da atual fase do capitalismo em vez de lhes desvendar a profundidade. Em vez de marxismo chega-se assim ao reformismo burguês. (LÊNIN, 1987, p. 91).

Concluirá Lênin que, separando a política da economia, a luta contra a política dos trustes e dos bancos não atinge suas bases econômicas e se reduz, portanto, a reformismo e pacifismo burgueses, a “piedosos e inofensivos desejos” (1987, p. 92).

O revolucionário russo atribui a existência da vertente reformista no seio do movimento operário à capacidade de corrompimento adquirida pelo capital, devida aos enormes ganhos proporcionados pelo imperialismo. Tal corrompimento atingiria os estratos superiores do movimento operário e formaria uma aristocracia operária apartada da massa do proletariado, mas que se arrogaria sua direção. Nas palavras de Lênin:

[...] o imperialismo tende também a criar, entre os operários, categorias privilegiadas e a separá-las da grande massa do operariado. [...] cria a possibilidade econômica de corromper as camadas superiores do proletariado. (LÊNIN, 1987, p. 103).

Mariátegui vê o reformismo de parcela do movimento operário como uma concepção equivocada do momento histórico de então. No

mesmo reformismo, Lênin enxerga o corrompimento do movimento operário induzido pelas pressões do capital. Seja uma e/ou outra coisa, importante notar que, em perspectiva semelhante à de Lênin, o socialista peruano aponta como tarefa urgente a conscientização política da massa do proletariado de seu país, fazer com que tal massa visualizasse com clareza essa cisão existente em meio às suas lideranças e compreendesse o momento de crise revolucionária que estaria vivendo, como parte que era do proletariado mundial. Assim, uma polêmica em mesma chave analítica (“revolução” *versus* “reformismo pequeno-burguês”) da disputa teórico-política travada por Lênin contra Kautsky será desenvolvida por Mariátegui contra o principal líder reformista peruano, Víctor Raul Haya de la Torre, e neste ponto também é interessante nos determos por um instante.

2.2 SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA

Retomando de forma mais direta a comparação com Lênin, nesse momento pode ser interessante um exercício teórico mais detido sobre o modo de proceder à análise das respectivas realidades concretas de ambos os pensadores. A forma de tratamento que cada um dá à questão agrária em seu país pode mostrar um eventual distanciamento teórico e político, em relação a esse tema, de Mariátegui com o pensamento do revolucionário russo ou, mais especificamente, uma hipotética mudança na perspectiva lenineana de Mariátegui que seja operada por uma tradução específica dos métodos do materialismo histórico para as condições concretas de seu país.

Há muito em comum entre a Rússia e o Peru agrários da virada do século XX. Se por mais não fosse, é suficiente lembrar apenas dois aspectos das respectivas sociedades: uma população camponesa enormemente majoritária, submetida a relações ainda semifeudais de trabalho, e um proletariado urbano de formação recente e pouco numeroso, concentrado em determinados centros, ainda que proporcionalmente mais numeroso na Rússia. Some-se, porém, no caso do Peru, a voracidade dos capitais financeiros imperialistas inglês e americano sobre todos os ramos da produção econômica⁵ e o proeminente elemento étnico-racial, sendo indígena a imensa maioria componente daqueles campesinato e

⁵ “Durante o período do caudilhismo militar, em vez de se fortalecer o demos urbano, foi a aristocracia fundiária que se robusteceu. Estando o comércio e as finanças em poder de estrangeiros, o surgimento de uma vigorosa burguesia urbana não era possível” (MARIÁTEGUI, 1979, p.47).

proletariado, fato que agregava a questão racial como um elemento novo da luta social.

Na exposição que se segue, não avançaremos nenhuma conclusão precoce para uma discussão bibliográfica, mas deixaremos indicadas passagens da reflexão de cada autor sobre o tema. Com o desdobramento desta pesquisa, percorreremos de forma integral a problemática agrária tal como aparece nos escritos de cada um e faremos a análise comparativa que permita confirmar ou refutar nossa hipótese.

2.2.1 APONTAMENTOS SOBRE LÊNIN E A QUESTÃO AGRÁRIA RUSSA

No texto “O Partido Operário e o campesinato”, publicado no terceiro número do *Iskra* em 1901 (LÊNIN, 1975, p. 464-473), Lênin explica a abolição da servidão ocorrida na Rússia na década de 1860. Os camponeses tinham de pagar, por meio de empréstimos junto ao governo, por pequenas porções da terra onde haviam vivido e trabalhado pela vida toda. Usou-se de força repressiva para reprimir os recalcitrantes. Os camponeses permaneciam com dívidas e obrigações pendentes junto a seus “antigos” senhores. O resultado fora o retorno à semi-servidão, proletarização da maioria e formação, a partir de uma minoria de kulaks, de uma nascente burguesia rural, ajuntando-se aí dezenas de milhares de mortes por fome e epidemias.

Lênin exorta a que se leve a luta de classes ao campo, unindo-se as lutas contra o capital e contra o jugo dos latifundiários. Segundo ele, haveria, no campo russo, contradições de classe dos dois tipos seguintes: entre o proletariado agrícola e os patrões rurais; entre todo o campesinato e toda a classe dos proprietários rurais. Ele observa que, apesar da primeira condição pertencer já às lutas do futuro, é a segunda que adquire caráter nacional de maior urgência na Rússia, pois sobre o proletariado agrícola se abatem ainda todas as opressões que caem sobre os camponeses. Já numa das primeiras elaborações da própria noção de hegemonia em Lênin, ele assevera que o partido operário socialdemocrata russo deve incluir em seu programa todas as reivindicações dos camponeses, se “pretende marchar à frente de todo o povo na luta contra a autocracia” (LÊNIN, 1975, p. 471).

Em “O proletariado e o campesinato”, publicado no número 11 de *Novaya Zhizn*, 12 de novembro de 1905 (LÊNIN, 1976, p. 164-

165), Lênin permanece enfatizando a necessidade de se conquistar o essencial apoio do campesinato russo à revolução proletária. As perguntas cujas respostas considera urgentes são: “O que o campesinato espera da revolução? O que a revolução pode dar ao campesinato?”. E responde: “O campesinato quer terra e liberdade. Sobre isso não pode haver dúvidas. Todos os operários conscientes apoiam com todas suas forças o campesinato revolucionário” (LÊNIN, 1976, p. 165).

Trata-se, segundo Lênin, de uma luta não apenas pela socialização da terra, mas pela abolição do capital em todas as dimensões da força de trabalho. A luta por terra e liberdade seria uma luta democrática. A luta para destruir a dominação do capital seria uma luta socialista (LÊNIN, 1976, p. 167).

Em “Revisão do programa agrário do partido operário”, publicado em 1906 no periódico *Nasha Myst* como proposta do programa bolchevique para a solução do problema agrário apresentada no IV Congresso do POSDR (LÊNIN, 1976, p. 198-225), Lênin apresenta, na primeira parte do texto, o histórico do debate da questão agrária no seio da socialdemocracia russa daqueles últimos anos. Defronta-se com diferentes tendências e vertentes de interpretação e propostas políticas de grupos liderados, por exemplo, por Plekhanov (Grupo “Emancipação do trabalho”) e Riazanov (Grupo “Borbá”).

Nesse texto, comentando as propostas de outros setores do partido, Lênin entende como pertinentes e afinadas com os objetivos democráticos da revolução camponesa a expropriação de todas as propriedades territoriais (expropriação completa dos “terratenedores”), além também de sua completa nacionalização: “não cabe a menor dúvida de que a ideia de propriedade de todo o povo sobre a terra circula agora com extraordinária amplitude entre o campesinato” (LÊNIN, 1976, p. 209). Lênin é enfático com relação à proposta de que, diante do campesinato, deve-se defender o máximo de transformações democrático-burguesas. O papel do Estado, a alteração das formas de exercício de seu poder, não podem, em todo caso, ser subestimadas: “A medida radical de abolir a propriedade agrária fundiária é inconcebível sem a modificação radical das formas estatais” (1976, p. 216).

Ao criticar as propostas de reforma da propriedade agrária feitas por Maslov⁶, Lênin observa que não se pode elaborar um programa socialista de maneira retraída e acuada pela pressuposição de que a revolução não chegará até seu final. O projeto máximo deve orientar a estratégia programática. E é esse projeto máximo que desaparece da estratégia programática ao se fazer concessões definitivas a setores conservadores no âmbito de uma aliança de classes permanentemente defensiva por parte do proletariado (no caso em questão, o campesinato).

Observa Lênin que um Estado sustentado por tal aliança, pela própria lógica da luta de classes, tenderá a tomar iniciativas constantes para a proteção da propriedade privada da terra, restabelecê-la onde quer que tenha sido parcialmente abolida (1976, p. 218). Embora esteja pensando especificamente na propriedade fundiária, as preocupações estratégicas de Lênin alcançam maiores profundidades aqui. E as conclusões se impõem: o partido revolucionário não pode possuir um programa para uma nacionalização parcial da propriedade fundiária, bem como não pode possuir um programa de luta parcial contra o capital em geral e, por extensão, não pode projetar uma luta parcial contra o imperialismo. Nesse raciocínio, “parcial” significaria precisamente agir de forma conciliatória com os “inimigos de classe” e seus representantes políticos: os rentistas fundiários, os capitais nacionais das diferentes frações da burguesia interna, o capital financeiro imperialista e seus respectivos partidos e representantes na cena política nacional.

Da sucinta exposição acima conclui-se, como de resto é notório, a importância, para Lênin, de se alcançar uma proposta programática que incluísse os interesses mais imediatos dos pequenos camponeses russos e conquistasse, portanto, seu apoio à causa revolucionária do proletariado urbano. Em outras palavras, uma proposta que consolidasse a hegemonia daquele proletariado sobre o campesinato. Já para Mariátegui, o campesinato ocupava papel de maior centralidade na construção do próprio partido e da revolução no Peru. Deveria constituir parte de sua própria “vanguarda”. Vejamos abaixo como isso se verifica.

⁶ Representante de uma das correntes internas da socialdemocracia com respeito ao problema agrário, Maslov propunha a “alienação” das terras dos grandes proprietários no âmbito de uma nacionalização limitada aos governos provinciais, e levada a efeito por esses governos apenas parcialmente.

2.3.2 MARIÁTEGUI E A QUESTÃO AGRÁRIA NO PERU⁷

Para Mariátegui, a questão agrária em si e a mesma problemática da propriedade fundiária forneciam a estrutura da luta de classes no Peru. O marxista peruano estava preocupado com as mesmas implicações estratégicas da luta dos camponeses e do proletariado agrário para elaborar um programa de ação revolucionária que os unisse estrategicamente, junto com o nascente proletariado urbano, contra a espoliação promovida pelo capital financeiro internacional e seus aliados locais no Peru. A questão estratégica mais ampla, para Lênin tanto quanto para Mariátegui, era estabelecer as bases da ação política que tornasse o campesinato um aliado massivo para a luta classista⁸.

Não é forçar o argumento procurar, nas preocupações estratégicas de ambos os revolucionários, os elementos materiais, históricos e políticos necessários para o que poderia ser chamado de uma hegemonia de novo tipo, qual seja aquela dos trabalhadores urbanos e rurais organizados politicamente e em luta contra a hegemonia do *status quo*. Não se trataria apenas de uma questão tática, mas da construção paulatina, entre os grupos subalternos, de uma nova concepção de mundo e das relações sociais a ser apresentadas em desafio à ordem vigente⁹. Para analisar as variáveis históricas que pudessem indicar as possibilidades de tal projeto, Mariátegui remete à análise dos primórdios da questão agrária no Peru, ou seja, ao tempo da revolução de independência.

Observa o autor que a revolução encontrou um país atrasado com relação à formação de sua burguesia. No Peru, os elementos de uma economia capitalista eram ainda mais atrasados que em outros países da América espanhola em que já havia uma burguesia formada em estágios menos embrionários (MARIÁTEGUI, 1979, p. 42). O que faltava no Peru para que a revolução de independência pudesse ter permitido ganhos

⁷ Parte fundamental desta análise de Mariátegui foi desenvolvida em seus *Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*, obra que completa 90 anos de publicação em 2018. Sobre isso, cf. Löwy (2017).

⁸ Nesse quesito, Mariátegui distinguia, nas condições materiais concretas e particulares de seu país, por exemplo, a questão racial, ou seja, o pertencimento étnico às variedades indígenas peruanas como um elemento a mais que podia ser trabalhado politicamente a favor da constituição daquela base de massas.

⁹ A importância atribuída por Mariátegui à conquista das massas indígenas e camponesas pode ser verificada em seus esforços para preparar politicamente elementos dessas classes sociais. Até sua morte, empenhou-se na formação teórica de militantes quéchuas e aymaras e camponeses da costa com o objetivo de enviá-los ao exterior para estudar e adquirir experiência como dirigentes políticos para o Partido Socialista (DEL PRADO, 1970, p.25).

razoáveis ao campesinato era a existência de uma burguesia consciente das finalidades, dos objetivos de suas ações e um estado de ânimo revolucionário na classe camponesa, sobretudo sua reivindicação do direito à terra em termos que fossem incompatíveis com o poder da aristocracia rural.

O autor apresenta uma composição de classes que descreve em geral as populações americanas pré-independência e constitui um quadro de classes “opostas em interesses, sem nenhum vínculo de sociabilidade moral ou política” (MARIÁTEGUI, 1979, p. 43): uma aristocracia parasitária detentora de terras e do poder político de fidalgos, composta em sua maior parte de espanhóis; uma camada média de industriais e comerciantes que dispunha de condição econômica confortável e se organizava corporativamente; em terceiro lugar, os “villanos”, os que empregavam efetivamente sua força de trabalho na produção, ou sejam, era a camada do trabalho manual assalariado, compondo-se de artesão e proletários de todo tipo. Havia ainda, obviamente, uma massa de indígenas e africanos, que eram escravos e possuíam uma existência extremamente marginalizada e forçada à vida extra social (MARIÁTEGUI, 1979, p. 43). A bandeira revolucionária da independência seria, como se sabe, levantada pelos descendentes americanos das duas primeiras classes, educados nas metrópoles.

Os programas revolucionários de independência não promoveram o choque entre a nobreza rural e a burguesia comerciante. Antes, os uniram no interesse comum de se livrar do jugo da coroa espanhola. Assim, os processos de independência possuíam um caráter passivizante, marcado pela colaboração entre as classes dominantes aristocrática e burguesa e alijando completamente as massas camponesas, marcadamente indígenas no Peru, que não tiveram suas reivindicações ou interesses contemplados pelos movimentos nacionais de independência (MARIÁTEGUI, 1979, p.44).

De toda forma, tais movimentos inspiravam-se em princípios liberais, princípios que consideravam a existência das reivindicações agrárias, que encontravam seus fundamentos na necessidade prática de livrar o domínio fundiário das travas feudais. No entanto, o Peru não possuía uma burguesia que os aplicasse de acordo com seus interesses econômicos e sua própria doutrina política e jurídica. Assim, as consequências práticas da revolução, no que dizia respeito à propriedade agrária, detiveram-se nos limites fixados pelos interesses dos grandes proprietários (MARIÁTEGUI, 1979, p. 44).

As novas políticas agrárias aboliram formalmente as formas de servidão do indígena camponês. Porém, como deixavam intactos a concentração, o poder e a força da propriedade feudal, anulavam suas próprias medidas de proteção da pequena propriedade e do trabalhador da terra (MARIÁTEGUI, 1979, p. 44). Assim, a aristocracia fundiária seguiu sendo a classe dominante no Peru. Como a burguesia industrial e comerciante era muito débil para assumir o controle político do país, a revolução não levou ao poder uma nova classe, mas manteve a antiga: “A abolição da servidão não passava, por isso, de uma declaração teórica. Porque a revolução não tinha tocado no latifúndio. E a servidão não é senão uma das faces da feudalidade, e não a própria feudalidade” (MARIÁTEGUI, 1979, p. 44).

O caudilhismo militar se tornou assim o produto natural de um processo revolucionário que não tinha podido conduzir uma nova classe social ao poder. Assim, este era exercido pelos próprios militares condutores da revolução no campo de batalha, já que estes gozavam do prestígio de ter feito a guerra, assim como tinham a capacidade de manter-se no poder pela força das armas. Ocorria que, no conflito de interesses entre liberais e conservadores, faltava uma reivindicação camponesa ativa e direta que obrigasse aos primeiros a incluir em seu programa a distribuição da terra (MARIÁTEGUI, 1979, p. 45). É necessário lembrar ainda que a escravidão negra não foi abolida de imediato após a revolução de independência, embora a servidão o tenha sido, ao menos formalmente. A escravidão negra, bem como a contribuição pecuniária obrigatória que mantinha os camponeses indígenas vinculados na prática a seus antigos senhores foram abolidas apenas em 1854 pelo general presidente Castilla, a quem Mariátegui atribui as conquistas menos acanhadas da postura política liberal de então em seu país.

Mais que por incentivos estatais aos pequenos proprietários, a política de favorecimento da distribuição de terras aconteceu, sobretudo, por anulação dos entraves jurídicos aristocráticos. Mariátegui observa que em nenhum lugar do mundo a reforma agrária fora ainda possível sem leis específicas que expropriassem o latifúndio e distribuísse as terras para quem nela trabalhe. Assim, não obstante a presença de leis que anulassem o estatuto da servidão, a pequena propriedade acabou por não prosperar no Peru. Pelo contrário, o latifúndio prosperou e se estendeu: “E a propriedade

da comunidade indígena foi a única que sofreu as consequências desse liberalismo deformado” (MARIÁTEGUI, 1979, p. 47).

Ao mesmo tempo que não fora possível no Peru o estabelecimento de uma política predominantemente burguesa que se voltasse para uma distribuição menos injusta da propriedade da terra, o capital financeiro, majoritariamente estrangeiro, expandia-se e se associava com a aristocracia nacional, que mantinha intacto seu poder político. Esta classe, que permanecia a mesma, tinha mantido, agora na república, basicamente os mesmos privilégios adquiridos na situação de colônia. Mariátegui considera ser, assim, natural que ela tratasse da questão da propriedade da terra por meio dos critérios os mais conservadores possíveis. A permanência da condição extra social dos indígenas, por sua vez, não expunha essa aristocracia aos perigos das reivindicações de massas camponesas conscientes (MARIÁTEGUI, 1979, p. 47).

O efeito perverso da legislação republicana fora que seu liberalismo, inerte diante da propriedade feudal, era aplicado apenas sobre a propriedade comunal indígena, o que suplantava seu caráter coletivista e desintegrava-a em pequenas propriedades sem nenhum suporte do Estado e sofrendo toda a pressão da grande propriedade que as ameaçava. Assim, a destruição das comunidades rurais indígenas não significava transformar esses camponeses em pequenos proprietários, e sequer em assalariados livres. Significava, ao contrário, entregar suas terras aos grandes proprietários e sua clientela de rentistas. Era o caminho efetivo de vincular novamente o indígena ao latifúndio, sem que nunca tivesse se alterado, na prática, sua situação social (MARIÁTEGUI, 1979, p.48).

Finalmente, o desenvolvimento de grandes cultivos industriais de uma agricultura de exportação nas fazendas costeiras ocorria integralmente subordinado à colonização econômica dos países da América Latina pelo capitalismo ocidental. O capital financeiro britânico se interessara em explorar essas terras para produção de cana-de-açúcar e algodão. As hipotecas das propriedades agrárias colocavam grande parte dessas terras sob o controle de empresas estrangeiras. Mariátegui observa ainda que os fazendeiros devedores dos comerciantes e investidores financeiros estrangeiros acabam realizando um papel deliberado de intermediação para submeter a propriedade fundiária peruana ao controle desses. Ou seja, serviam de intermediários ao capital anglo-saxão para lhe assegurarem a

exploração de campos cultivados com mão de obra indígena superexplorada e miserável (MARIÁTEGUI, 1979, p. 49).

Informado por essa análise histórica sobre a constituição da propriedade territorial em seu país, Mariátegui apresenta um “complemento ao estudo do problema da terra no Peru”¹⁰ (MARIÁTEGUI, 1972a, p. 108-112), texto que consiste, na verdade, em propostas para se atender e contemplar todos os interesses dos camponeses e trabalhadores rurais peruanos em detrimento da secular política de latifúndio então vigente. Trata-se de uma perspectiva que visava conquistar os camponeses para a revolução socialista no Peru, por meio da assimilação de seus interesses ao programa revolucionário. Nesse sentido, o autor aproxima-se das soluções propostas por Lênin antes e no decorrer da Revolução Russa e que visavam conquistar os camponeses e trabalhadores rurais para a causa da revolução.

Com base na constatação de que no Peru, a despeito dos princípios liberais da legislação, subsistiam ainda formas e instituições próprias de uma economia feudal, Mariátegui sustenta que o ponto de partida formal e doutrinal de uma política agrária socialista deveria ser uma lei de nacionalização da terra (MARIÁTEGUI, 1972a, p. 108). Uma nova política agrária deveria tender, ainda, para o fomento, desenvolvimento e proteção da comunidade indígena. O autor chama a atenção para a potencialidade do “ayllu”, “célula do Estado incaico” sobrevivente ainda, a despeito dos ataques da grande propriedade, de converter-se gradualmente em organização do Estado socialista moderno (MARIÁTEGUI, 1972a, p. 110)¹¹. Observa que a extensão de terras disponíveis no país permitia reservar aquelas necessárias para uma distribuição progressiva aos camponeses, permanecendo em relação contínua, ao mesmo tempo, com o processo de crescimento das comunidades.

¹⁰ Sob o título “Princípios de política agrária nacional”, foi publicado originalmente no periódico *Mundial*, de Lima, em 1º de julho de 1927. Compilado postumamente no volume “Peruancemos al Perú”(1972a) das obras completas.

¹¹ Os “ayllu” eram determinadas extensões de terra de cultivo comum familiar, características do período pré-colonial. Essa expectativa de que tal costume ancestral de cultivo comum da terra pudesse se tornar um elemento moderno impulsionador do socialismo tem impressionante afinidade com as conclusões de Marx no famoso debate epistolar entre ele e Vera Zaslitch, então representante do movimento camponês russo “narodnik” (cf. MARX; ENGELS, 2013). Mariátegui nunca leu esse debate, que foi publicado após sua morte. Lênin foi notoriamente hostil àquele movimento, denominando-o pejorativamente de “populista”. Para um debate aprofundado sobre a origem deste conceito específico (não aquele consagrado nas ciências sociais brasileiras que se refere às diversas formas de caudilhismo e demagogia de massas) e sua utilização na América Latina, ver Velasco e Cruz (2016, p. 95-116).

Mariátegui propõe, como consequência, uma política de crédito agrícola coerente com as medidas acima descritas. O crédito agrícola, que para isso deveria ser controlado e dirigido pelo Estado, impulsionaria a agricultura no sentido mais conveniente às necessidades nacionais. Tal seria o principal recurso para o desenvolvimento da produção comunitária. O Banco Agrícola Nacional deveria dar preferência às operações das cooperativas, as quais, por sua vez, seriam ajudadas pelos corpos técnicos e educativos do Estado para melhor trabalharem suas terras, bem como para a instrução da técnica industrial de seus membros (MARIÁTEGUI, 1972a). Os confiscos de terras não cultivadas, bem como a irrigação e beneficiamento de terras ociosas, colocariam à disposição do Estado extensões territoriais que seriam preferencialmente destinadas à sua ocupação por cooperativas tecnicamente capacitadas (MARIÁTEGUI, 1972a).

Mariátegui tem em vista também a necessidade de se estabelecer solidamente não apenas a produção dos pequenos camponeses comunitários, mas também a grande produção de caráter agroindustrial para a consecução de objetivos de produção em larga escala. No cumprimento desse objetivo, a proposta que faz o autor é que as terras não exploradas diretamente por seus proprietários, ou pertencentes a grandes rentistas rurais improdutivos, passariam diretamente para as mãos de seus arrendatários, sendo seu usufruto e extensão territorial limitados pelo Estado, no caso em que a exploração do solo fosse efetivada com base em técnicas industriais modernas, com instalações e capitais apropriados (MARIÁTEGUI, 1972a, p. 111).

Por fim, em atenção ao desenvolvimento individual para a vida produtiva no campo com caráter autônomo e voltado para a diminuição das contradições entre este e os centros urbanos, Mariátegui propõe o ensino agrícola amplo organizado pelo Estado, com a máxima difusão desse ensino para as massas rurais. Tal difusão massiva deveria ocorrer na forma de escolas rurais primárias e escolas práticas de agricultura, ou “granjas-escola”. A instrução das crianças do campo deveria, assim, possuir um caráter claramente agrícola (MARIÁTEGUI, 1972a).

Todas essas propostas, Mariátegui as faz tendo como base um sólido conhecimento da história e da contemporaneidade da questão agrária peruana. Trata-se, na verdade, de um programa agrário para o socialismo peruano, que encampa, em uma mesma problemática, a superação do latifúndio e da subalternidade indígena camponesa.

REFERÊNCIAS

- CHOY, E. *et al. Lenin y Mariátegui*. Lima: Amauta, 1970.
- DEL PRADO, J. Lenin y su obra en el pensamiento y en la acción de José Carlos. *In: CHOY, E. et al. Lenin y Mariátegui*. Lima: Amauta, 1970. p. 17-44.
- KAUTSKY, K. Ultra-imperialism. *New Left Review*, London, n. 59, p. 41-46, 1970.
- LÊNIN, V. Marxisme et révisionnisme. *In: LÊNIN, V. Oeuvres Choisies (I)*. Moscou: Editions du Progrès, 1971. p. 63-70.
- LÊNIN, V. El partido obrero y el campesinado. *In: LÊNIN, V. Obras Escogidas*. Moscou: Editorial Progreso, 1975. p. 464-473. t. 1.
- LÊNIN, V. El proletariado y el campesinado. *In: LÊNIN, V. Obras Escogidas*. Moscou: Editorial Progreso, 1976. p.164-168. t. 3.
- LÊNIN, V. Materialismo y empiriocriticismo. *In: LÊNIN, V. Obras Escogidas*. Moscou: Editorial Progreso, 1976a. p. 1-365. t. 4.
- LÊNIN, V. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987.
- LÖWY, M. Noventa anos de publicação dos “Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana” e a atualidade de Mariátegui. Entrevista a Leandro Galastri. *Revista Urutágua*, Paraná, n. 36, p. 242-245, jun./nov. 2017.
- MARIÁTEGUI, J. C. *Peruanicemos al Perú*. Lima: Amauta, 1972a.
- MARIÁTEGUI, J. C. *Historia de la crisis mundial*. Lima: Amauta, 1973.
- MARIÁTEGUI, J. C. *Ideología y política*. Lima: Amauta, 1974.
- MARIÁTEGUI, J. C. *Defensa Del marxismo*. Lima: Amauta, 1976.
- MARIÁTEGUI, J. C. *Figuras y aspectos de la vida mundial*. Lima: Amauta, 1977. 3 v.
- MARIÁTEGUI, J. C. *Siete Ensayos de interpretacion de la realidad peruana*. Caracas: Ayacucho, 1979.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MONIZ BANDEIRA, L. A. *Formação do império americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- PARIS, R. El marxismo de Mariátegui. *In: ARICÓ, J. (org.). Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México D. F.: Siglo Veintiuno, 1978a. p. 119-144.
- PARIS, R. Mariátegui: un “sorelismo” ambiguo. *In: ARICÓ, J. (org.). Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México D. F.: Siglo Veintiuno, 1978b. p. 155-162.
- SALVATTECCI, H. G. *Sorel y Mariátegui*. Lima: E. D. Valenzuela, 1979.

VELASCO E CRUZ, A. K. A primeira polêmica sobre o populismo na América Latina. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 43, p. 95-116, 2016.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARICÓ, J. (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México D. F.: Siglo Veintiuno, 1978.

BOOTHMAN, D. Traducibilità. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. *Dizionario gramsciano*. Roma: Carocci, 2009. p. 855-857.

BOOTHMAN, D. Traduzione. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. *Dizionario gramsciano*. Roma: Carocci, 2009. p. 857-860.

FLORES GALINDO, A. *Obras completas*. Lima: Fundación Andina; SUR, 1994. v. 2.

GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*: edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Turim: Giulio Einaudi, 2001. v. 4.

IVES, P.; ROCCO, L. (org.). *Gramsci, language and translation*. Plymouth: Lexington Books, 2010.

LIGUORI, G.; VOZA, P. *Dizionario gramsciano (1926-1937)*. Roma: Carocci, 2009.

MARIÁTEGUI, J. C. *La escena contemporânea*. Lima: Amauta, 1972.

MESEGUER ILLAN, D. *José Carlos Mariátegui y su pensamiento revolucionario*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1974.